

posicionados na 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Técnico da tabela remuneratória única, com efeitos a 01 de Setembro de 2010, com os seguintes trabalhadores:

Álvaro André Teixeira Rodrigues
Dinora Cristina Ferreira Sousa
Maria Isabel Ramos Oliveira
Marta Salomé Garcia Rodrigues
Paula Cristina da Silva Garrido Caetano
Sofia Mafalda Carvalho Elias
Teresa Maria Simões Duarte

15 de Novembro de 2010 — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Jorge Mourão*.

203946031

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Delegação Regional do Centro

Despacho n.º 17490/2010

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, conjugado com o ponto 4 do Despacho n.º 11604/2010 de 02 de Julho de 2010, do Conselho Directivo do IDT, I. P., publicada no *Diário da República* n.º 137, 2.ª série, de 16 de Julho de 2010, e o ponto 4 do Despacho n.º 16065/2010 de 30 de Setembro de 2010, do Conselho Directivo do IDT, I. P., publicada no *Diário da República* n.º 207, 2.ª série, de 25 de Outubro de 2010, subdelego nos Subdelegados Regionais da Delegação Regional do Centro do IDT, I. P. a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — No âmbito da orientação e gestão dos respectivos serviços regionais:

- a) Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal;
- b) Praticar os actos relativos ao pessoal previstos na lei e nos estatutos;
- c) Praticar os demais actos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços.
- d) Superintender na utilização racional das instalações afectas aos respectivos serviços, bem como a sua manutenção, conservação e beneficiação;
- e) Promover a melhoria de equipamentos que constituam infra-estruturas de atendimento;
- f) Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco e a planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo.
- g) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização e conservação dos equipamentos afectos aos respectivos serviços;
- h) Acompanhar a elaboração dos planos anuais e plurianuais de actividades e assegurar a respectiva execução;
- i) Acompanhar a elaboração do relatório de actividades;

2 — Nos domínios das alíneas a) e b) do número anterior:

- a) Dinamizar e acompanhar o processo de avaliação do mérito dos trabalhadores, funcionários ou agentes, garantindo a aplicação uniforme do regime de avaliação no âmbito dos respectivos serviços;
- b) Autorizar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo da respectiva assiduidade;
- c) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores, funcionários ou agentes, tenham direito nos termos da lei;
- d) Justificar ou injustificar faltas;
- e) Autorizar o pessoal a comparecer em juízo, quando requisitado, nos termos da lei;
- f) Autorizar a inscrição, o pagamento e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes em território nacional, com a duração limite até dezoito horas por acção formativa e em observância ao princípio da razoabilidade dos encargos envolvidos.
- g) Autorizar o gozo, a alteração e a acumulação de férias;

3 — No âmbito da Gestão Financeira e Patrimonial:

- a) Elaborar os projectos de orçamento e de investimento, tendo em conta os planos de actividades e os programas aprovados;

b) Assegurar a execução do orçamento de acordo com uma rigorosa gestão dos recursos disponíveis, adoptando as medidas necessárias à correcção de eventuais desvios ou propondo as que ultrapassem a sua competência;

c) Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, excepto por avião, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

d) Autorizar as despesas resultantes de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar.

e) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido, nos termos do n.º 6, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

4 — No âmbito da Gestão de Recursos Humanos:

a) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 do mesmo artigo, e com observância do disposto no n.º 1 da citada disposição legal e com a observância do limite imposto pelo corpo do n.º 2;

5 — No âmbito da Gestão Orçamental, exceptuando o PIDDAC:

- a) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens ou serviços até €50.000,00;
- b) Designar os júris e proceder à audiência prévia nos procedimentos cujo valor não exceda o agora subdelegado;
- c) Conceder adiantamentos a empreiteiros e fornecedores de bens e serviços, de preço de valor igual ou inferior a €45.000, desde que respeitados os condicionalismos previstos nos n.ºs 1, 2 do artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
- d) Proceder à prática dos actos consequentes ao acto de autorização da escolha e início do procedimento cujo valor não exceda o agora subdelegado;

6 — Os Subdelegados Regionais apresentarão, com uma periodicidade trimestral, um relatório síntese com elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados.

7 — Os Subdelegados Regionais da Delegação Regional do Centro do IDT, I. P. são:

Licenciado Carlos Miguel da Silva Coelho Pinheiro Estêvão
Licenciado Carlos Alberto da Cunha de Almeida Marcedo

8 — A presente subdelegação produz efeitos desde 19/02/2010, ficando, por este meio, ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito da presente subdelegação de competências.

15 de Novembro de 2010. — O Delegado Regional, *António Carlos de Paiva Ramalheira*

203943212

Delegação Regional do Algarve

Aviso (extracto) n.º 24121/2010

Nos termos do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91 de 08 de Novembro, torna-se pública a lista de classificação final, do procedimento concursal comum para ocupação de 4 postos de trabalho previstos e não ocupados, da carreira de Enfermeiro, do mapa de pessoal da Delegação Regional do Algarve do IDT, I. P., aprovado para o ano de 2009, visando o exercício em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme aviso de abertura n.º 12255/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 118 de 21 de Junho/2010:

Lista de Classificação Final

Ordem	Candidatos	Classificação — valores
1.º Classificado	Cláudia Isabel Pereira Constantino Gonçalves.	19,00
2.º Classificado	Iolanda Rute Amaral Correia	13,03
3.º Classificado	Susana Maria Manja dos Santos	11,60
4.º Classificado	Vera Mónica Medeiros Alves.	11,48